

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com base na Teoria das Necessidades Humanas de Abraham Maslow, popularmente conhecida como Pirâmide das Necessidades, um ser humano realizado passa, primeiramente, pelo atendimento das suas necessidades básicas, as denominadas necessidades fisiológicas e de segurança. Dessa forma, a preservação da segurança, da família e de sua propriedade está na base das urgências do indivíduo e, só a partir daí, é que se pode cogitar o desenvolvimento de outras necessidades individuais e sociais. Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, representação máxima da preservação das garantias e direitos fundamentais, contemplou posição destacada à Segurança Pública, estabelecendo expressamente a responsabilidade do Estado em preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nessa conjuntura, é notório o protagonismo ocupado pelo tema na agenda pública que ensejou, por meio da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a instituição do Sistema único de Segurança Pública (SUSP) e a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) que visam fortalecer a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

No âmbito do Distrito Federal, compete à Secretaria de Estado de Segurança Pública ser o órgão central do Sistema de Segurança Pública, composto pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN) e Casa Militar, além do sistema prisional.

à Secretaria compete propor e implementar a política de segurança pública, planejando, coordenando e supervisionando o emprego operacional dos órgãos que compõem o sistema, promovendo a gestão integrada das ações inerentes, objetivando a otimização dos meios utilizados.

Assim, o cenário nacional desafia não apenas o Distrito Federal, mas se soma ao cenário mundial, no entendimento de que uma política eficiente de segurança pública, diante da diminuição histórica do quadro de recursos humanos do setor, deverá considerar a utilização massiva de tecnologia da informação e comunicação, com investimento na produção de conhecimento e inteligência a partir da integração e compartilhamento de recursos entre as forças de segurança, respeitando suas próprias atribuições.

Com o intuito de garantir maior efetividade à atuação de enfrentamento às violências, o Distrito Federal instituiu quatro Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP): Metropolitana, Oeste, Sul e Leste.

Cada RISP é composta por, pelo menos, seis regiões administrativas e a divisão ocorre, entre outras estratégias, para que as forças de segurança realizem operações conjuntas para a solução de crimes que afetam mais de uma região administrativa. Essa forma de organização proporciona aumento da capacidade de coordenação das ações de segurança no aspecto operacional, melhor distribuição dos efetivos policiais e otimização dos recursos empregados.

Composição das RISP:

- Metropolitana: Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal, Guará, Lago Sul, SCIA (Estrutural) e SIA;
- Oeste: Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, águas Claras, Vicente Pires e parte do Park Way;
- Sul: Gama, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Santa Maria, Jardim Botânico, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II e Park Way;
- Leste: Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Planaltina, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Lago Norte e Varjão.

Além disso, para o alcance de melhores resultados na segurança pública, são necessárias ações efetivas e integradas de prevenção, repressão, bem como de vigilância e assistência prisional, todas com uso de inteligência.

Diante do contexto atual existente no Distrito Federal, na política de segurança pública destacam-se as seguintes ações:

- Enfrentamento aos Crimes Contra o Patrimônio (CCP) - roubo a transeunte, roubo de veículo, roubo em transporte coletivo, roubo em comércio, roubo em residência e furto em veículo;
- Enfrentamento aos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) - homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte;
- Enfrentamento da violência contra a mulher; e
- Racionalização do Sistema Prisional.

é importante observar dois pontos que impactam diretamente nos índices criminais no Distrito Federal. O primeiro está relacionado à facilidade de acesso ao registro das ocorrências criminais, pois 88% da população está, no máximo, a 4 km de uma delegacia de polícia. O segundo está relacionado ao grau de confiança que a população deposita nos policiais quanto à solução dos seus problemas, visto que o Distrito

Federal configura como a unidade da federação com a menor subnotificação de roubos[1].

De outro modo, os aumentos sucessivos dos crimes contra o patrimônio, por exemplo, principalmente a partir do ano 2012, não são casos isolados do Distrito Federal, mas de praticamente de todos os estados brasileiros[2].

No gráfico 01 é possível observar uma variação para mais de 19% nesse índice no Distrito Federal entre 2015 e 2016, que se deve, substancialmente, em decorrência da possibilidade da vítima poder registrar pela Delegacia Eletrônica (site PCDF) a natureza furto em veículo (natureza inserida em dez/2015), que representa cerca de 20% de todos os CCP.

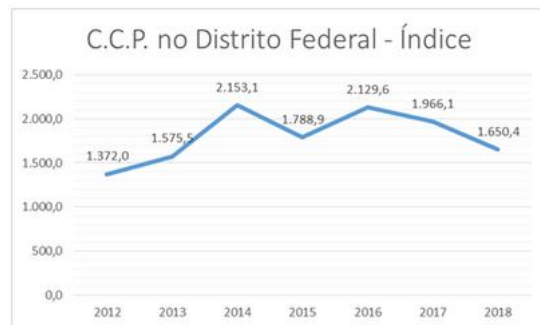


Gráfico 01. Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

A partir de 2016, é possível observar uma redução desse índice no Distrito Federal, mas ainda é necessário manter esse enfrentamento no foco principal de atuação da área de segurança.

Quando analisado o comportamento de CCP nas regiões administrativas (gráfico 02), observa-se um cenário em que três regiões (Plano Piloto, Paranoá e Taguatinga) possuem taxas de 3.000 crimes/100 mil habitantes, enquanto existem dez regiões (Jardim Botânico, Sobradinho II, águas Claras, Lago Norte, Sudoeste, Vicente Pires, Cruzeiro, Lago Sul, Guarã e Riacho Fundo II) com taxas abaixo de 1.000 crimes/100 mil.

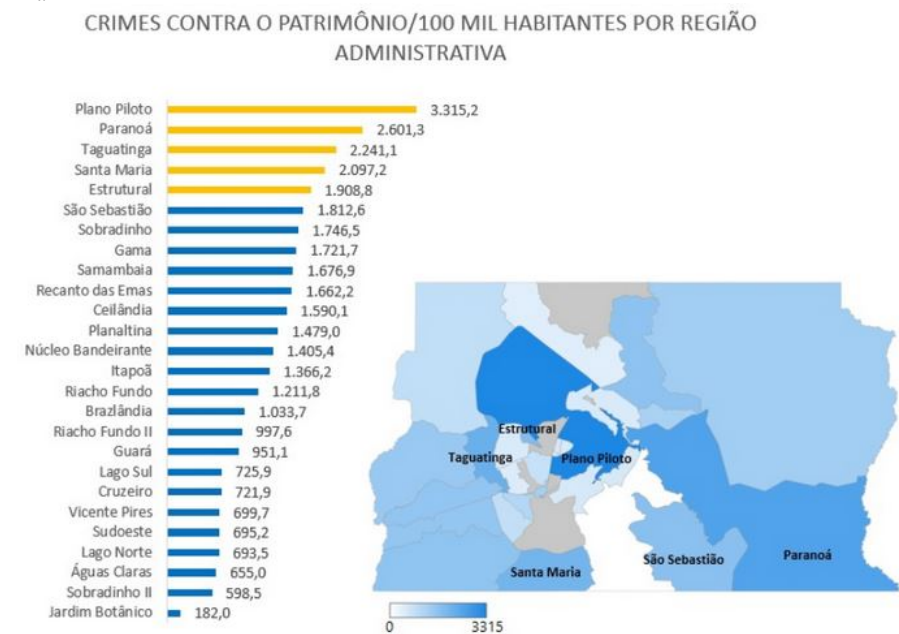


Gráfico 02. Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, 2018[3]

A incidência de CVLI passa por um processo semelhante ao de CCP. A partir do ano de 2012, também houve declínio na incidência de crimes violentos letais intencionais. Nesse ano, o Distrito Federal ocupava a décima quarta posição (27/100 mil habitantes) e, atualmente, figura como a terceira unidade federativa com a menor incidência do Brasil (18/100 mil habitantes), conforme gráfico 03.

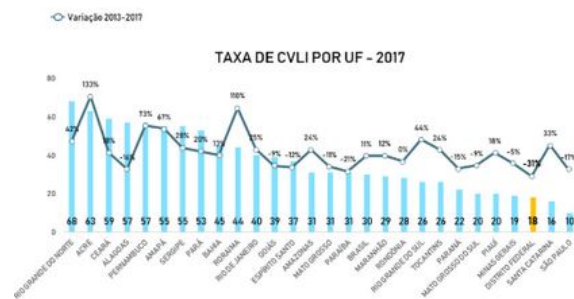


Gráfico 03. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP)

Conforme pode ser observado no gráfico 04, as regiões administrativas do Lago Norte, Lago Sul, Guará, Núcleo Bandeirante e águas Claras possuem indicadores abaixo da média nacional, comparados a países como Estados Unidos (5/100 mil habitantes) e Canadá (2/100 mil habitantes). A maior incidência ocorre em regiões próximas ao Entorno e no SCIA (Estrutural).

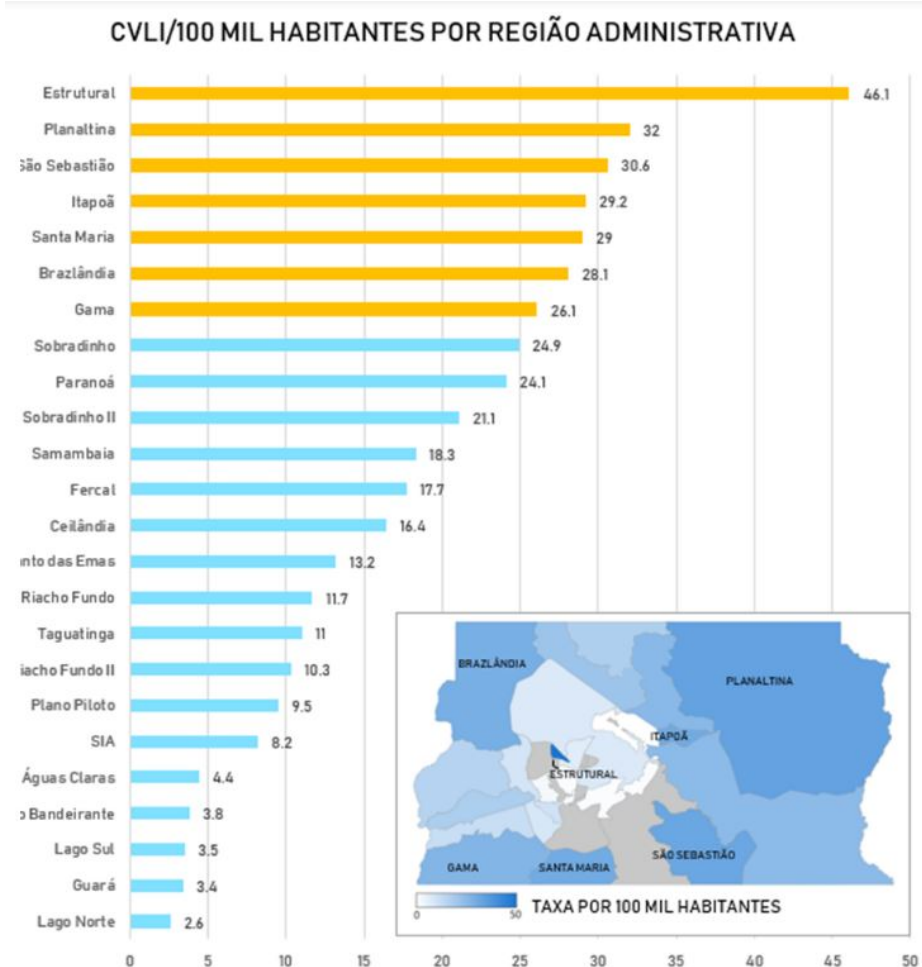


Gráfico 04. Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), 2018[4]

Em relação à violência de gênero, o Brasil apresentou nos últimos anos crescimento no número de ocorrências de estupro, homicídios contra as mulheres, feminicídios e violência doméstica. Quanto a este último, foram registrados em 2018 aproximadamente 600 casos por dia no país. Destes, 6% ocorreram no Distrito Federal (41 casos).

O aumento dos registros dos crimes de violência doméstica, observado em todo o país, é resultado de uma política nacional de combate à subnotificação. No Distrito Federal, é possível observar ainda a implementação de uma política corajosa de proteção às mulheres, composta por ações sistemáticas e coordenadas, como a criação da plataforma interativa de dados relativos ao feminicídio[5], o serviço de monitoramento eletrônico pessoal portátil, com botão de acionamento emergencial[6], o aplicativo de celular para mulheres em situação de violência (Viva-Flor)[7], o Programa de Prevenção Orientada à Violência[8] (PROVID), as iniciativas da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), que visam fomentar o empoderamento das mulheres[9], a política de atendimento especializado à mulher nas delegacias

circunscricionais, o protocolo de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas delegacias de polícia[10], e o protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de feminicídio no âmbito do Distrito Federal[11].

Conforme gráfico 05, a região administrativa de Ceilândia apresenta o maior número de incidências de violência doméstica, seguida de Planaltina, Samambaia, Taguatinga, Gama e Recanto das Emas.



Gráfico 05. Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), 2018.

Em relação ao sistema prisional, o Distrito Federal é responsável pelo controle e coordenação de seis unidades: Centro de Detenção Provisória (CDP), Centro de Internamento e Reeducação (CIR), Centro de Progressão Penitenciária (CPP), Penitenciária I do Distrito Federal (PDF I), Penitenciária II do Distrito Federal (PDF II) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).

Segundo dados de 2018[12], o sistema penitenciário possuía 7.395 (sete mil, trezentos e noventa e cinco) vagas e abrigava 16.377 (dezesesseis mil, trezentos e setenta e sete) presos, dos quais 3.382 (três mil, trezentos e oitenta e dois) em regime provisório, 4.960 (quatro mil, novecentos e sessenta) em regime semiaberto e 8.035 (oito mil e trinta e cinco) em regime fechado.

Não obstante os esforços empreendidos pela gestão prisional distrital para a construção de novas vagas[13], o aumento do quantitativo de presos e a ausência da ampliação de vagas na mesma proporção representam desafios para o Distrito Federal, tornando imprescindível o aprimoramento do sistema penitenciário, com foco na otimização dos recursos e promoção da cidadania carcerária.

Conforme pode ser observado no gráfico 06, no período de 2011 a 2016, houve aumento de 27% na taxa de aprisionamento[14] (23ª posição entre as unidades da federação), o que representa um crescimento da população prisional superior ao aumento demográfico do Distrito Federal. Isso agrava a superlotação do sistema, que hoje possui 2,2 presos por vaga.

Os dados apresentam, ainda, uma piora na ordem de 33% da taxa de ocupação[15] (16ª posição entre as unidades da federação), no mesmo período analisado (gráfico 07).

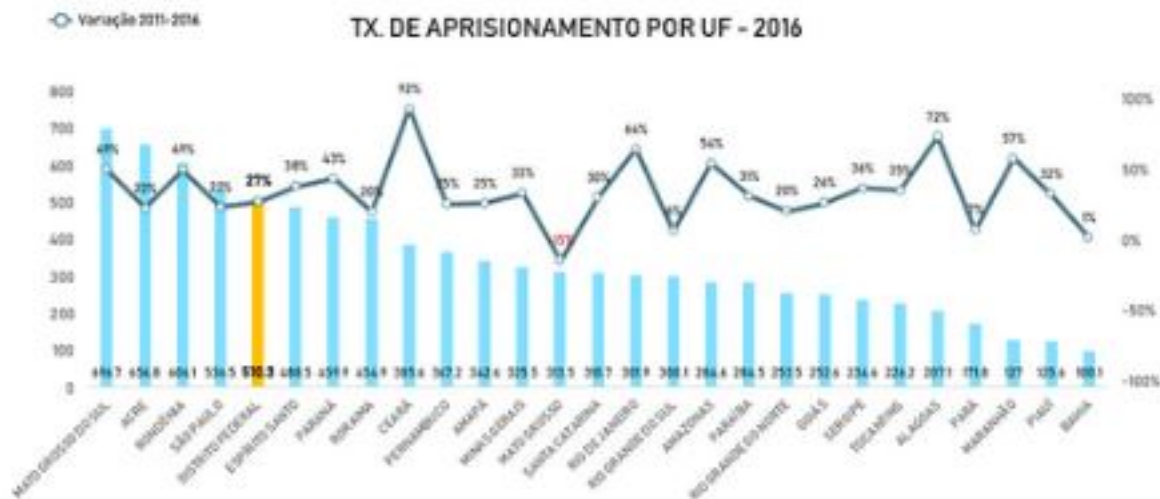


Gráfico 06. Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 2018.

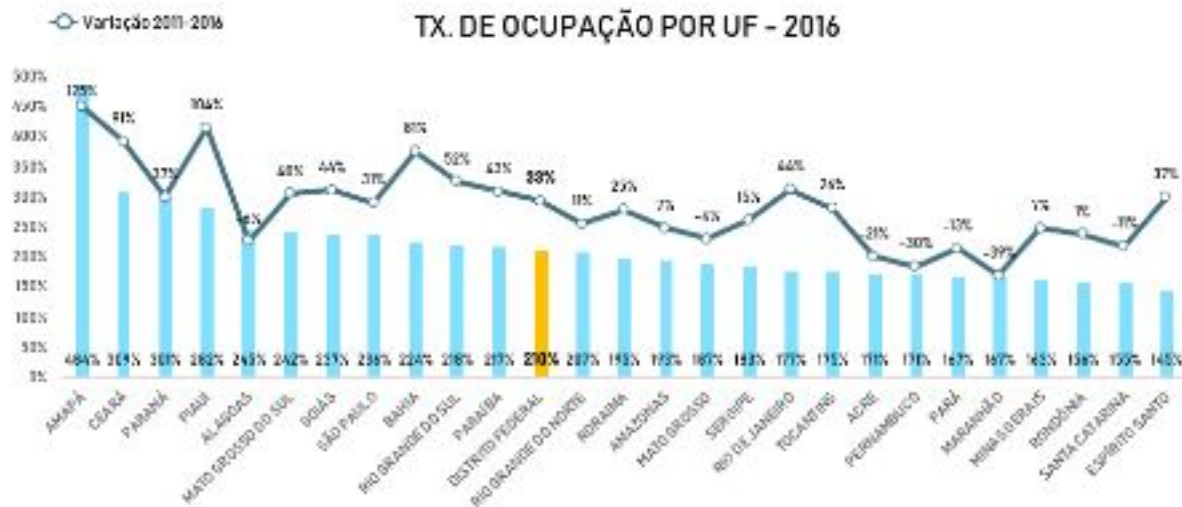


Gráfico 07. Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 2018.

Mortes no Trânsito

O trânsito encontra-se no topo do ranking da causa de mortes violentas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), à frente do homicídio, de doenças reunidas e das guerras. O Brasil conta com uma população aproximada de 209 milhões de habitantes (Fonte: IBGE), e uma frota de 101,3 milhões de veículos (Caminhões, automóveis, motocicletas e outros) Fonte: Denatran - aproximadamente 2,07 habitantes por veículos.

Os acidentes de trânsito matam cada vez mais pessoas em todo o planeta, com 1,35 milhão de óbitos por ano, alerta a Organização Mundial da Saúde (OMS), preocupada com a falta de medidas de segurança nos países mais pobres. Em seu relatório mundial sobre segurança nas estradas, a OMS afirma ainda que os acidentes de trânsito são atualmente a principal causa de morte entre crianças e jovens com idades entre 5 e 29 anos.

Nos últimos anos, o número de mortes nas estradas em todo o mundo aumentou de modo constante, com 1,35 milhão de falecimentos registrados em 2018. Em uma comparação, a OMS contabilizou mais de 1,2 milhão de mortos em um documento publicado em 2009 (publicação 07/12/2018 - internet).

De acordo com o relatório anual 2018 da Seguradora Líder “De Janeiro a Dezembro de 2018, foram pagas 328.142 indenizações para vítimas de acidentes de trânsito e seus beneficiários. Os casos de Morte registraram queda de 7% em relação ao mesmo período do ano passado e representaram 38.281 pagamentos. O número de reembolsos de Despesas de Assistência Médica e Suplementares (DAMS) cresceu 5% na comparação com 2017. Os pagamentos da cobertura representaram cerca de 19% do total de indenizações do último ano.”

Brasília, porém, está na contramão das ocorrências. Junto com os estados do Acre, Amapá, Roraima e Sergipe, o DF apresentou os menores números do período. Já São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro representaram juntos, 46% dos casos.

O Distrito Federal conta com uma frota de 1.788.314 veículos (referência: março/2019), e um número de condutores habilitados de 1.746.837 (Fonte: Detran/DF). Com uma população estimada em 2.974.703 pessoas (IBGE), a relação de habitantes por veículos é aproximadamente de 1,66.

O impacto social causado pelas mortes no trânsito é intenso, pois a grande maioria das vítimas tem entre 18 e 39 anos e pertence à faixa economicamente mais produtiva e ativa da sociedade. Em diversos estudos publicados, foi constatado que a maioria dos acidentes é por falha humana, o que comprova a importância da educação, da engenharia e da fiscalização do trânsito na redução do número de acidentes nas vias brasileiras. Dentre eles os principais são: Excesso de velocidade, Esquecer o cinto de segurança, Uma mão no volante, Mudança repentina de faixa e pouca distância de veículos, Excesso de Cargas, Descumprimento da Lei dos Caminhoneiros, Uso do celular, Consumir bebidas alcoólicas, Não observar a via, Falta de revisão do veículo.

O desafio do Departamento de Trânsito do DF consiste em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Inteligência no combate ao crime

São funções constitucionais da Polícia Civil do Distrito Federal a promoção da investigação policial e a função de Polícia Judiciária, quando funciona como *longa manus* do Poder Judiciário. Sua visão estratégica institucional pretende acrescer elementos diferenciais que resultem na satisfação do cliente- cidadão usuário dos serviços de segurança pública. Para tanto, atua sob a baliza de diretrizes nacionais que propiciam proficiente desempenho policial, com foco no atendimento humanizado.

Tem como política institucional permanente o sistemático combate aos crimes dolosos contra a vida, aos crimes contra o patrimônio, bem como à corrupção e ao crime organizado, sem descuidar da repressão aos crimes contra a Administração Pública, que representa um dos maiores anseios contemporâneos da sociedade brasileira.

Com base nos dados acima, figuram como desafios para o programa:

- Aumentar a sensação de segurança por meio de enfrentamento qualificado à criminalidade, integração das forças e utilização de tecnologias da informação e comunicação na prevenção e repressão criminal;
- Otimizar os recursos humanos e tecnológicos empregados na preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- Implantar uma política de ressocialização focada em ações de racionalização do Sistema Prisional do Distrito Federal, promovendo a cidadania carcerária;
- Desenvolver uma gestão eficiente e focada em resultados, mediante o fortalecimento da governança e da inteligência na segurança pública

Tendências de Futuro

- A maior participação do Governo Federal na gestão e monitoramento das políticas públicas de segurança, especialmente com a consolidação do Sistema único de Segurança Pública - Sistema único de Segurança Pública (SUSP)¹⁶, tende a padronizar metas e indicadores da área para as unidades federativas, direcionando as estratégias de atuação das forças de segurança e estabelecendo padrões de comparabilidade internacionais.
- A consolidação do conceito de *smart cities* (cidades inteligentes), como instrumento estratégico para planejamento e gestão de cidades, tende a ser uma nova dimensão da gestão pública para o enfrentamento dos desafios da área de segurança, indo além para os setores de energia, recursos naturais, transportes, educação, saúde, dentre outros, por meio do emprego integrado e eficiente de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), trazendo, assim, mais valor e melhor qualidade de vida.
- As novas metas e condicionantes vindas da esfera federal tendem a reduzir as subnotificações dos tipos penais, em especial de violência contra a mulher e crimes contra o patrimônio, tendo em vista o maior acesso da população às informações e uma melhoria do percentual de confiabilidade nas instituições responsáveis por gerir e operar a política de segurança pública.
- A redução da criminalidade violenta letal intencional e da criminalidade violenta letal (mortes no trânsito) são tendências, uma vez que o primeiro indicador está diretamente relacionado com a melhoria dos índices de resolutividade dos inquéritos policiais ao passo que o segundo possui uma estreita consonância com a redução do consumo de álcool e do uso de substâncias ilícitas por motoristas, em especial pelos mais jovens.
- Evidencia-se o aumento das possibilidades de colaboração em tempo real, isto é, de participação cidadã (gravação de eventos em tempo real nas redes sociais e compartilhamento de imagens entre o setor público e estabelecimentos privados) e de integração entre órgãos/entidades de esferas administrativas distintas (sistemas e bancos de dados interconectados, câmeras e cidades inteligentes), qualificando a atuação preventiva e reativa das forças de segurança.
- As forças de segurança tendem a realizar a gestão do déficit tecnológico, incrementando os seus instrumentos para acompanhar as mudanças dos tipos penais e se organizar internamente, como o avanço dos crimes cibernéticos.
- As altas taxas de aprisionamento e de ocupação do sistema prisional levarão o sistema a atuar em modelos de cogestão para atividades específicas realizadas nos equipamentos penitenciários, como ações diretamente relacionadas à ressocialização dos apenados (trabalho, educação, saúde e outras voltadas à psicologia social), a fim de compartilhar responsabilidades entre o setor público e setor privado. (Fonte: PEDF 2019/2060)

[1] Pesquisa Nacional de Vitimização, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP (2013).

[2] Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/link/8/crimesviolentos-contr-o-patrimonio-registros-policiais>. Acesso em: 25/04/2019.

[3] As regiões administrativas com uma população inferior a 20.000 habitantes não possuem o cálculo da taxa de incidência de CCP.

[4] As regiões administrativas com uma população inferior a 20.000 habitantes não possuem o cálculo da taxa de incidência de CVLI.

[5] A Plataforma visa fornecer diagnóstico aprofundado às instituições integrantes do sistema de justiça e segurança do Distrito Federal a fim de orientar as políticas públicas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

[6] Disponibilização de instrumento de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, através da utilização da tecnologia de monitoramento e rastreamento que se comunica com as tornozeleiras eletrônicas utilizadas pelos agressores que cumprem medida protetiva de urgência, com vistas a tornar a medida judicial aplicada mais efetiva.

[7] Por meio da plataforma para celulares, as mulheres com medida protetiva de urgência, deferida pelo Tribunal de Justiça, que estiverem ameaçadas pelo agressor podem entrar em contato com as forças de segurança.

[8] Prevenção Orientada à Violência Doméstica e Familiar, com policiamento orientado ao enfrentamento da violência doméstica, realizando intervenções familiares com vítimas e agressores, encaminhando-os aos demais órgãos que compõem a rede de apoio e proteção. (Portaria PMDF nº 985/15).

[9] Destaque para o Projeto Lidera - Empoderar para Multiplicar” que forma líderes comunitários para fortalecer o combate à violência contra à mulher.

[10] Norma de Serviço nº 001, de 22 de março de 2019.

[11] Norma de Serviço PCDF nº 004, de 08 de março de 2017

[12] Resenha diária do dia 31/12/2018 fornecida pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário.

[13] Em 2016 foram inauguradas 1400 vagas e encontra-se em execução a obra de Construção dos 04 CDP's a qual proporcionará um acréscimo de 3200 vagas.

CÓDIGO	NOME	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	DATA DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	FONTE
II10	ÍNDICE DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	ÍNDICE	0,00	1/2019	ANUAL	PCDF ("POLARIS")
II8	TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS	PERCENTUAL	15,20	1/2019	ANUAL	PCDF ("POLARIS")
II9	TAXA DE CRIMES CONTRA AS MULHERES	PERCENTUAL	1,81	1/2019	ANUAL	PCDF("POLARIS")

OBJETIVO

O60 - ENFRENTAMENTO QUALIFICADO DA CRIMINALIDADE AUMENTAR A SENSÇÃO DE SEGURANÇA POR MEIO DE ENFRENTAMENTO QUALIFICADO DA CRIMINALIDADE, PRIORIZANDO A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS E DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.

UNIDADE RESPONSÁVEL: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

CARACTERIZAÇÃO

PROBLEMAS

- A sensação de segurança não se resume somente ao enfrentamento da criminalidade;
- A necessidade de envolvimento de outros órgãos com atribuições relacionadas a melhorias urbanas e sociais.

DESAFIOS

- Reduzir a níveis aceitáveis a sensação de insegurança e do medo, pois tais problemas atingem todas as classes sociais, na medida em que os problemas sociais, urbanos e criminais se intensificam. Soma-se a esta situação a busca para melhorar a qualidade de vida da população.

RESULTADOS ESPERADOS

A partir do monitoramento das desordens e da criminalidade e do maior comprometimento dos órgãos responsáveis - aqui incluídos os Comitês das áreas Integradas de Segurança Pública - CAISPs - , a SSP tem como metas para os próximos 04 anos:

- Redução em 8% dos Crimes Violentos Letais e Intencionais-CVLI (homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte);
- Redução em 16% dos Crimes Contra o Patrimônio-CCP;
- Redução em 10% dos crimes de Violência contra as Mulheres;
- Redução em 8% da violência escolar;
- Redução em 8% da sensação de insegurança no ambiente escolar; e
- Redução em 8% da sensação de insegurança na vizinhança.

METAS 2020 - 2023

M120 - PROMOVER, ANUALMENTE, AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA 500 SERVIDORES DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF (SEVAP) (SSP) [\(Alterado pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

M121 - IMPLANTAR 10 CURSOS NA PLATAFORMA DE ENSINO A DISTÂNCIA DA SSP (SSP)

M460 - APRIMORAR O ATENDIMENTO EM LOCAIS DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) (PCDF)

M69 - REDUZIR O TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO A SOLICITAÇÕES DE PERÍCIAS EM LOCAIS DE CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO DE 5.488 MINUTOS PARA 1.440 MINUTOS (PCDF) [\(Alterado pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

M73 - AUMENTAR EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR O NÚMEROS DE ARMAS APREENDIDAS PELA PMDF (VALOR DE REFERÊNCIA: 1.800) (PMDF)

M76 - REALIZAR AO MENOS 6.000 VISITAS COMUNITÁRIAS ANUALMENTE PELO PROVID (PMDF) (EP) [\(Alterado pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

M81 - FORTALECER AS INVESTIGAÇÕES VOLTADAS À REPRESSÃO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE ATIVOS (PCDF)

M868 - IMPLANTAR 1 NOVA DELEGACIA ESPECIAL DE ATENDIMENTO A MULHER (DEAM) EM PLANALTINA, PASSANDO DE 1 PARA 2 NO DISTRITO FEDERAL (PCDF) (PCDF) (EP)

INDICADORES

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	DATA DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	ÍNDICES DESEJADOS	TENDÊNCIA	FONTE	UO RESPONSÁVEL	
IN10553 - TAXA DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE ORIGEM ILÍCITA (Excluído pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	PERCENTUAL	-	-	Anual	2020	= 20,00	Maior, Melhor	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - DAG/PCDF	24105 (PCDF)
					2021	= 20,00			
					2022	= 20,00			
					2023	= 20,00			
IN119 - TAXA DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE PRISÃO	PERCENTUAL	76.9	12/2017	Anual	2020	>= 76,90	Maior, Melhor	DATE/DGI/PCDF; DEPTO. DE ATIVIDADES ESPECIAIS.	24105 (PCDF)
					2021	>= 76,90			
					2022	>= 76,90			
					2023	>= 76,90			
IN152 - TAXA DE PRISÕES EM FLAGRANTE REALIZADAS PELA PMDF	PERCENTUAL	31.16	12/2018	Anual	2020	<= 31,20	Maior, Melhor	SISTEMA GÊNESIS PMDF	24103 (PMDF)
					2021	>= 31,50			
					2022	>= 32,00			
					2023	>= 32,50			
IN160 - EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO PELA PMDF NO POLÍCIAMENTO NO DISTRITO FEDERAL	UNIDADE	1397	12/2018	Mensal	2020	>= 1.397,00	Maior, Melhor	SISTEMA GÊNESIS DA PMDF	24103 (PMDF)
					2021	>= 1.400,00			
					2022	>= 1.405,00			
					2023	>= 1.410,00			

IN162 - TAXA DE INCIDÊNCIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS COM GESTÃO COMPARTILHADA E SUAS ADJACÊNCIAS	PERCENTUAL	-	-	Anual	2020	<= 10,00	Menor, Melhor	SISTEMA GÊNESIS DA PMDF	24103 (PMDF)
					2021	Não se aplica			
					2022	Não se aplica			
					2023	Não se aplica			
IN64 - TAXA DE RESOLUÇÃO DE CRIMES DE HOMICÍDIO	PERCENTUAL	52	12/2018	Anual	2020	= 54,50	Maior, Melhor	DATE/DGI/PCDF; DPC	24105 (PCDF)
					2021	= 57,00			
					2022	= 59,50			
					2023	= 62,00			
IN66 - TAXA DE ELUCIDAÇÃO DE INFRAÇÕES PENAIS	PERCENTUAL	-	-	Anual	2020	= 52,00	Maior, Melhor	DATE/DGI/PCDF; DEPTO. DE POLÍCIA ESP./DPE/PCDF; DEPTO. DE POLÍCIA CIRCUNSCRICIONAL - DPC/PCDF	24105 (PCDF)
					2021	Não se aplica			
					2022	Não se aplica			
					2023	Não se aplica			
IN67 - TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS	PERCENTUAL	63	12/2018	Anual	2020	= 64,60	Maior, Melhor	DATE/DGI/PCDF; DPE; DPC	24105 (PCDF)
					2021	= 66,20			
					2022	= 67,80			
					2023	= 69,40			
IN91 - TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS (Alterado pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	PERCENTUAL	15.2	1/2019	Anual	2020	<= 14,90	Menor, Melhor	BASE DE DADOS IMPORTADA DA FERRAMENTA DE INDICADORES "POLARIS" DA PCDF	24101 (SSP)
					2021	<= 15,80			
					2022	<= 15,50			
					2023	<= 15,20			
IN92 - ÍNDICE DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (Alterado pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	ÍNDICE	1650.4	1/2019	Anual	2020	<= 1.584,40	Menor, Melhor	BASE DE DADOS IMPORTADA DA FERRAMENTA DE INDICADORES "POLARIS" DA PCDF	24101 (SSP)
					2021	<= 1.531,50			
					2022	<= 1.470,20			
					2023	<= 1.411,40			
IN93 - TAXA DE CRIMES CONTRA AS MULHERES (Alterado pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	PERCENTUAL	1.81	1/2019	Anual	2020	<= 1,77	Menor, Melhor	PCDF("POLARIS")	24101 (SSP)
					2021	<= 1,68			
					2022	<= 1,64			
					2023	<= 1,59			

IN94 - ÍNDICE DE VIOLÊNCIA ESCOLAR	ÍNDICE	0.12	5/2019	Anual	2020	<= 0,12	Menor, Melhor	PESQUISA DISTRITAL DE VIOLÊNCIA ESCOLAR - SGI	24101 (SSP)
					2021	<= 0,12			
					2022	<= 0,11			
					2023	<= 0,11			

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ALCANCE DO OBJETIVO

AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS:

AN10231 - PROMOÇÃO DO PROGRAMA "IDENTIDADE SOLIDÁRIA" (PCDF)

AN10737 - FORMAÇÃO ANUAL DE 25% DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DF (HOMENS E MULHERES) EM DIREITOS HUMANOS, COM RECORTE EM GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL (SSP) (EP)

AN10747 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "NÃO ME TOQUE" (PCDF) [\(Incluído pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

AN10748 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CABEÇA FEITA" (PCDF) [\(Incluído pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

AN109 - PROMOÇÃO DO PROJETO "TRANSFORMA" (PCDF) [\(Excluído pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

AN110 - PROMOÇÃO DO PROJETO "COLABORANDO COM A CONSTRUÇÃO DE PESSOAS FORTES" (PCDF)

AN113 - PROMOÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS - CEPUD (PCDF)

AN114 - CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (PCDF)

AN115 - APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE CONSULTA AO BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO (PCDF)

AN116 - APRIMORAMENTO DAS GARANTIAS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF)

AN117 - CRIAÇÃO E REVISÃO DE NORMATIVOS PARA PRESERVAÇÃO DE VESTÍGIOS EM PERÍCIAS CRIMINAIS (PCDF)

AN15 - FORTALECIMENTO DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA (PMDF)

AN26 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA "COMUNIDADE EM AÇÃO" (PCDF)

AN27 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CONHECER PARA PREVENIR" (PCDF)

AN28 - IMPLEMENTAÇÃO DO "PROJETO LIDERA - EMPODERAR PARA MULTIPLICAR" (PCDF) [\(Excluído pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

AN32 - OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA NO ÂMBITO DA PMDF (PMDF)

AN44 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA INVESTIGADOR MIRIM - PIM (PCDF)

AN49 - MODERNIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO COPOM (PMDF)

AN59 - MODERNIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA NA PMDF (PMDF)

AN96 - REALIZAÇÃO DE PESQUISA SOBRE SENSACÃO DE INSEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR (SSP)

AN97 - AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E PUBLICIZAÇÃO DE RESULTADOS (SSP)

AN99 - FORMAÇÃO ANUAL DE 10 PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DF (HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU FAMILIAR CONTRA A MULHER) NO PROGRAMA DE INSTRUÇÃO LEI MARIA DA PENHA (SSP) [\(Alterado pelo \(a\) . Revisão de Informação Gerencial de 2021\)](#)

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS

1482 - REFORMA DE QUARTÉIS

1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA

3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS

3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS

3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE

4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

OBJETIVO

061 - FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA E INTELIGÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA RACIONALIZAR OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O COMBATE À CRIMINALIDADE, COM FOCO EM INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

CARACTERIZAÇÃO

PROBLEMAS

Os principais problemas estão relacionados à:

- Baixa cultura de trabalho integrado;
- Preocupação com os interesses corporativos dificultando a atuação integrada e a visão coletiva para solução dos problemas;

- Mudança rotineira de representantes institucionais;
- Necessidade de investimentos em novas ferramentas tecnológicas;
- Baixa efetividade das ações e políticas de segurança pública não tratadas em todas as suas dimensões.

Esse contexto também desafia a gestão em Segurança Pública que precisa ir além de aprimorar suas atividades finalísticas e necessita desenvolver-se institucionalmente na governança, estratégia e outros temas da gestão.

DESAFIOS

- Aumentar a integração entre as Instituições, Organizações e Agências (IOAs), resultando em operações e ações de inteligência mais eficientes e eficazes, sobretudo na área de gestão do conhecimento.

RESULTADOS ESPERADOS

- Sensibilização das Instituições, Organizações e Agências (IOAs) envolvidas no processo;
- Elaboração e revisão de normas;
- Otimização no uso de recursos e meios já existentes;
- Fortalecimento da atuação em rede para maximizar os resultados alcançados, principalmente com os órgãos direta ou indiretamente relacionados à segurança pública.

METAS 2020 - 2023

M164 - AUMENTAR EM 30% AS OPERAÇÕES INTEGRADAS PELA SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES INTEGRADAS - SOPI, INCLUINDO ATORES EXTERNOS ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA (VALOR DE REFERÊNCIA: 121) (SOPI) (SSP)

M493 - APRIMORAR A CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS CIVIS EM INTELIGÊNCIA POLICIAL (PCDF)

INDICADORES

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	DATA DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	ÍNDICES DESEJADOS	TENDÊNCIA	FONTE	UO RESPONSÁVEL	
IN1 - PERCENTUAL DE PROJETOS DE INCÊNDIO E VISTÓRIAS FINALIZADOS NO PRAZO - CBMDF	PERCENTUAL	42.6	12/2018	Anual	2020	> 47,50	Maior, Melhor	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO - DESEG	24104 (CBMDF)
					2021	> 52,50			
					2022	> 57,50			
					2023	> 62,50			
IN113 - NOTA DE SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO 190 (Alterado pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	NOTA	4.13	6/2018	Trimestral	2020	>= 4,21	Maior, Melhor	PESQUISA QUALIDADE DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL 190 E 193 SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	24101 (SSP)
					2021	>= 8,58			
					2022	>= 8,76			
					2023	>= 8,94			

IN114 - NOTA DE SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO PRESENCIAL 193 (Alterado pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	NOTA	4.63	6/2019	Trimestral	2020	>= 4,72	Maior, Melhor	PESQUISA QUALIDADE DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL 190 E 193 SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	24101 (SSP)
					2021	>= 9,62			
					2022	>= 9,82			
					2023	>= 10,00			
IN115 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO ATENDIMENTO PRESENCIAL 193 (Alterado pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	NOTA	4.85	6/2018	Trimestral	2020	>= 4,95	Maior, Melhor	PESQUISA QUALIDADE DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL 190 E 193 SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	24101 (SSP)
					2021	>= 9,80			
					2022	>= 10,00			
					2023	>= 10,00			
IN116 - NOTA DE SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO PRESENCIAL 190 (Alterado pelo (a) Decreto nº 42.602 de 2021)	NOTA	4.51	6/2018	Trimestral	2020	>= 4,60	Maior, Melhor	PESQUISA QUALIDADE DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL 190 E 193 SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	24101 (SSP)
					2021	>= 9,22			
					2022	>= 9,40			
					2023	>= 9,59			
IN117 - NOTA DE SATISFAÇÃO AO ATENDIMENTO NO REGISTRO DE OCORRÊNCIAS	NOTA	-	-	Trimestral	2020	>= 3,00	Maior, Melhor	PESQUISA DE SATISFAÇÃO SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	24101 (SSP)
					2021	Não se aplica			
					2022	Não se aplica			
					2023	Não se aplica			
IN165 - TEMPO RESPOSTA DESDE A SOLICITAÇÃO VIA 190	MINUTO	-	-	Anual	2020	<= 10,00	Menor, Melhor	COPOM	24103 (PMDF)
					2021	Não se aplica			
					2022	Não se aplica			
					2023	Não se aplica			
IN2 - ACIDENTES DE SERVIÇO NO ÂMBITO DO CBMDF	PERCENTUAL	32.5	12/2018	Anual	2020	< 27,50	Menor, Melhor	CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS - CPMED	24104 (CBMDF)
					2021	< 22,50			
					2022	< 17,50			
					2023	< 12,50			

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ALCANCE DO OBJETIVO

AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS:

AN10233 - REFORMULAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DE CURSO DE FORMAÇÃO PARA POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL (PCDF)

AN10234 - ADOÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF)

AN10235 - CRIAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF)

AN10236 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF)

AN10238 - REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL (PCDF) [\(Excluído pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

AN10239 - CRIAÇÃO DE NORMATIVOS INTERNOS PARA DESCARTE DE REJEITOS LABORATORIAIS E RADIOLÓGICOS (PCDF)

AN105 - PROMOÇÃO DE PARCERIAS NA ÁREA DE ENSINO COM A SENASP, EGOV, ENAP, INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E EMBAIXADAS DE NAÇÕES AMIGAS COM FOCO NA GOVERNANÇA (SEVAP) (SSP)

AN10512 - IMPLEMENTAÇÃO DE CONTEÚDO INFORMATIVO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E TEMÁTICAS CORRELATAS, NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DOS INTEGRANTES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF E SISTEMA PENITENCIÁRIO ATÉ 2023 (SSP)

AN106 - REVISÃO DOS PROTOCOLOS TÁTICOS INTEGRADOS (PRTI ESPLANADA E BURITI) (SOPI) (SSP)

AN107 - ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE OPERAÇÕES EM ESTÁDIOS DE FUTEBOL (SOPI) (SSP)

AN108 - ARTICULAÇÃO COM AGÊNCIAS E ÓRGÃOS CONGÊNERES PARA AUMENTAR A CAPILARIDADE E A INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM PROVEITO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, INCLUSIVE A PARTIR DA INTEGRAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS, INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS E INTERESSE (SI) (SSP)

AN130 - MODERNIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DO DESCARTE DE MATERIAL RECICLÁVEL (PMDF)

AN2 - IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS E DIRETRIZES PARA O SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO (CBMDF)

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS

3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS

3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO

4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

4090 - APOIO A EVENTOS

OBJETIVO

062 - RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL RACIONALIZAR O SISTEMA PRISIONAL, COM ÊNFASE NA RESSOCIALIZAÇÃO.

[\(Alterado pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

CARACTERIZAÇÃO

PROBLEMAS

- Excesso da população carcerária existente no DF. Atualmente, 16.702 presos, para um quantitativo de 7.398 vagas;
- Carência de servidores para atuar nas unidades prisionais;
- Investimentos limitados em recursos tecnológicos, tais como implantação de CFTV, biometria e melhoria do parque tecnológico. Esses investimentos poderiam diminuir a utilização de servidores na área de segurança, redirecionando-os para a área de ressocialização.

DESAFIOS

- Reduzir a superlotação carcerária, uma vez que esta impossibilita a implantação de ações de ressocialização, tais como cursos profissionalizantes, estudos e frentes de trabalho. A superlotação, além de insalubre, contribui para a desestabilização do controle prisional, comprometendo a segurança.

RESULTADOS ESPERADOS

Encontra-se em andamento a disponibilização de 3.200 novas vagas (04 novos Centros de Detenção Provisória) e mais 600 vagas (PDF- III). Há ainda projeto para preenchimento de 1.400 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias, cujo processo de abertura de concurso está em análise.

Podem ser citados como parceiros nesse processo a FUNAP/SEJUS, proporcionando um número maior de cursos profissionalizantes; e o Poder Judiciário, utilizando com maior frequência a tecnologia das tornozeleiras eletrônicas, o que pode ajudar a diminuir o número de reclusos nas Unidades Prisionais.

METAS 2020 - 2023

M38 - CONSTRUIR O PRESÍDIO DA PMDF (PMDF)

M419 - CONSTRUIR 4 CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA (SSP)

M421 - CONSTRUIR A PENITENCIÁRIA III DO DISTRITO FEDERAL COM OFERTA DE 600 NOVAS VAGAS (SSP)

M424 - CONSTRUIR UNIDADE PRISIONAL COM CAPACIDADE PARA ABRIGAR 1.000 APENADOS EM REGIME SEMIABERTO (SSP)

M449 - DISPONIBILIZAR 4.800 NOVAS VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL (SSP)

M546 - AUMENTAR EM 50% O NÚMERO DE INTERNOS EM POSTOS DE TRABALHO (VALOR DE REFERÊNCIA: 1200) (FUNAP)

M547 - AUMENTAR EM 50% O NÚMERO DE INTERNOS EM OFICINAS PROFISSIONALIZANTES DE CARÁTER CONTINUADO (VALOR DE REFERÊNCIA: 990) (FUNAP)

INDICADORES

DENOMINAÇÃO DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	DATA DE REFERÊNCIA	PERIODICIDADE	ÍNDICES DESEJADOS	TENDÊNCIA	FONTE	UO RESPONSÁVEL	
IN10303 - DÉFICIT DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL	UNIDADE	-	-	Anual	2020	Não se aplica	Maior, Melhor	SUBSECRETARIA DO SISTEMA PRISIONAL E SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	24101 (SSP)
					2021	Não se aplica			
					2022	Não se aplica			
					2023	<= 4.182,00			
IN10545 - TAXA DE OCUPAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	PERCENTUAL	-	-	Anual	2020	Não se aplica	Menor, Melhor	SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	24101 (SSP)
					2021	Não se aplica			
					2022	Não se aplica			
					2023	<= 134,29			

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ALCANCE DO OBJETIVO

AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS:

Sem itens para mostrar.

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

1709 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS

2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA

2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS

2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO

2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL

2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF

2890 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS PENAIAS

3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO

3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP

4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

OBJETIVO

O71 - PRESERVAÇÃO DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO ATUAR NA PREVENÇÃO E NA PRONTA RESPOSTA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA, REDUZINDO OS ÍNDICES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, DE INCÊNDIOS DE VEGETAÇÃO E EM RESIDÊNCIAS, BEM COMO OUTRAS EVENTUALIDADES QUE ATINJAM O DISTRITO FEDERAL.

UNIDADE RESPONSÁVEL: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

CARACTERIZAÇÃO

PROBLEMAS

O Distrito Federal apresentou nas últimas décadas um elevado adensamento demográfico de sua população, conforme dados do IBGE, os quais apontam que a população do DF no ano de 2019 foi estimada em 3.012.718 habitantes.

Como consequência dessa explosão demográfica, a organização estrutural do DF também sofreu alterações profundas, tendo atualmente 32 Regiões Administrativas. São novas cidades, novos condomínios, setores industriais e assentamentos. Como consequência desse novo cenário populacional, os problemas também se intensificaram, tais como: aumento da frota de veículos, avanço das invasões, construções irregulares e de baixo padrão construtivo, falta de manutenção em edificações e obras de arte especiais, além de recursos humanos e financeiros limitados.

DESAFIOS

- Conhecer e identificar os riscos de desastres, antecipar aos acontecimentos catastróficos e estar preparado adequadamente ao enfrentamento de tais eventos;
- Estar em condições de pronto atendimento às demandas de defesa civil; e
- Nas ações para a proteção de vidas, patrimônio e do meio ambiente, estruturar o CBMDF com recursos humanos capacitados, equipados com recursos materiais necessários para o atendimento das mais diversas naturezas de ocorrências de sua competência, tais como: combate a incêndio, salvamento e atendimento pre-hospitalar.

RESULTADOS ESPERADOS

Com um planejamento específico é possível estabelecer o que fazer; quem, como e quando deve ser feito. Assim, nos moldes da melhor doutrina do Comando de Incidentes, ao se adotar o consagrado princípio 2P2R, realizam-se atividades de Prevenção e Preparação a fim de capacitar a implementação das fases seguintes de Resposta e Reconstrução.

METAS 2020 - 2023

M127 - AMPLIAR O ALCANCE DAS AÇÕES EDUCATIVAS DE TRÂNSITO, DOS ATUAIS 25% PARA 30% DA POPULAÇÃO (DETRAN)

M129 - MANTER ANUALMENTE ENTRE 70% E 75% A TAXA DE VEÍCULOS LICENCIADOS EM CIRCULAÇÃO (DETRAN) [\(Alterado pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)

M188 - CAPACITAR 1000 AGENTES COMUNITÁRIOS EM PREVENÇÃO A DESASTRES (SSP)

M29 - AUMENTAR EM 3% ANUALMENTE O PERCENTUAL DE PERÍCIAS RELATIVAS AOS INCÊNDIOS PERICIAVEIS (CBMDF)

M606 - ALCANÇAR PELO MENOS 5% DE TODAS AS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DO DF COM OS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ACIDENTE DE TRÂNSITO (PMDF) [\(Alterado pelo \(a\) Decreto nº 42.602 de 2021\)](#)